

“Financeirização da pobreza” : Crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo

Claudia D'Ipólito de Oliveira Sciré

Mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo.

Pesquisadora do Instituto Data Popular.

E-mail: claudia_scire@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo tem como objetivo explicar e discutir o processo de “financeirização da pobreza”, a partir de alguns resultados de uma pesquisa que buscou analisar as alterações nos modos de vida populares a partir das mudanças em suas práticas de consumo¹. Buscaremos abordar tal processo partindo de duas escalas de análise - por um lado, a partir de uma contextualização das mudanças no varejo e sua associação com o sistema bancário brasileiro e, por outro, através de uma reflexão detalhada sobre as práticas populares de consumo e suas alterações nos anos recentes.

Espera-se poder demonstrar como a atual configuração do consumo popular deve-se à articulação destes fenômenos a partir da mediação do crédito, mais concretamente, dos mecanismos de concessão de crédito às populações com baixos rendimentos. Com base em cenas descritivas, construídas a partir de situações encontradas no trabalho de campo², será possível perceber o quanto a proliferação dos cartões de crédito e de lojas gerou alterações significativas nas práticas cotidianas de acesso ao consumo, no gerenciamento do orçamento doméstico e nas formas de lidar com a renda. Daí a expressão “financeirização da pobreza” para designar não um processo totalmente novo de situações de consumo popular aliadas ao crédito, mas para chamar a atenção para o desenvolvimento de uma nova configuração do mundo popular e em suas práticas, baseadas, agora, num outro jogo de relações entre

¹ Este artigo tem como referência minha dissertação de mestrado em sociologia, intitulada “Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza”, defendida em setembro de 2009.

² A pesquisa de campo foi realizada junto aos moradores de uma favela situada numa região periférica da região sul/oeste da cidade de São Paulo.

renda, consumo e crédito, diferente daquele que pautava a vida dos moradores das periferias anos atrás.

Num primeiro momento, buscaremos situar consumo no universo das famílias residentes nas periferias há 20 anos, com o intuito de lançar um ponto de partida para a reflexão sobre as reconfigurações dos dias atuais. Em seguida, caberá uma contextualização mais precisa das mudanças no mercado de crédito e no varejo brasileiros. O intuito é correlacionar tais mudanças e analisá-las em seus impactos reais com base em situações encontradas em campo. Acredita-se que na compreensão conjunta destes fenômenos reside a chave para a apreensão dos impactos e das alterações surgidos nas práticas populares de consumo em suas formas de vida e dos novos desafios para a reflexão teórica que estes engendram.

Da família e do consumo: as práticas e modos de vida nas periferias dos anos 80

No final década de 70, uma série de estudos voltou o olhar para as famílias de trabalhadores, residentes nas áreas periféricas, buscando estudar as configurações presentes em seus modos de vida. Ao adotar a noção de “práticas”, essas perspectivas interpretativas tiveram o grande mérito de chamar a atenção para o fato de que a experiência social é organizadora da identidade social e cultural, sendo as práticas populares formas culturais dotadas de sentido e portadoras de referências (Sader e Paoli, 1996).

Partindo de etnografias sobre os trabalhadores e suas famílias, tais pesquisas buscaram delinear as formas como as famílias organizam a sua experiência e projetam um futuro, a aplicação da renda familiar, a gestão do orçamento doméstico e as representações acerca da pobreza vinculadas ao consumo (Macedo, 1979; Caldeira, 1984; Zaluar, 1985). Em seu conjunto, forneceram importantes referências de aspectos do universo cultural, dos modos de vida bem como do significado do consumo dentro do grupo familiar. Na conjuntura específica abordada por esta literatura, o arranjo familiar era apresentado como assegurador de um determinado “equilíbrio de forças” na aquisição da renda, na estruturação dos rendimentos, na gestão da sobrevivência e na reprodução da força de trabalho (Durham, 1980).

Elemento importante a destacar é que, já em 1979, Macedo enfatiza como as famílias estavam enfrentando a expansão das necessidades de consumo, não conseguindo dar conta das despesas

apenas com o salário do chefe. A aquisição daqueles bens situados fora da esfera do que constituía o essencial deveria ser planejada e uma hierarquia de prioridades precisaria ser construída, a fim de não comprometer as despesas básicas, já que era impossível, satisfazer várias necessidades de consumo. Neste contexto, havia um desejo de poupar dinheiro para aquisição de bens e os rendimentos obtidos no trabalho eram direcionados de maneira planejada e, excluindo-se os gastos mais urgentes, o restante era voltado para uma acumulação visando a aquisição de um bem no futuro³.

É possível supor que tais práticas remetiam a uma lógica baseada na existência de afinidades eletivas entre a previdência e a ética do trabalho (ou o que depois iria ser chamado de “trabalho fordista” ou, para colocar em outra chave, a ética do trabalho própria da sociedade disciplinar descrita por Foucault). A poupança ligava-se, assim, ao esquema crédito-consumo, já que seu ideal estava voltado para a renovação e ampliação de um padrão de consumo que representasse uma vida melhor. Ter dinheiro para um imprevisto seria importante, mas raramente ocorria, pois implicaria abrir mão de bens desejados que, através do crédito, eram possíveis de se obter⁴.

O consumo popular hoje: proliferação do crédito e de seus artefatos, os cartões

“Eu acho bom porque consegue parcelar. Porque à vista é impossível comprar. A gente não consegue comprar à vista”. Lúcia, 39 anos

Muito se alterou nas características dos grupos sociais localizados nos espaços periféricos de forma que parte das práticas descritas ganhou novas contextualizações. Acredita-se que se esteja diante de diferenciais importantes no que diz respeito às estratégias visando assegurar um determinado nível de vida.

Espera-se, contudo, poder mostrar como as relações entre consumo, poupança e crédito não são mais as mesmas e nem envolvem os mesmos processos. Aqui, parte-se do argumento que o ponto de inflexão que permitiu uma alteração significativa no jogo

³ Macedo (1979) mostra como poupar não significaria meramente guardar dinheiro, era necessário aplicá-lo em alguma coisa “útil”, pois o dinheiro se desvalorizaria de modo muito rápido.

⁴ Macedo (1979) mostra como a utilização de mecanismos, como o crediário eram práticas frequentes já nos anos 80.

de relações no interior do qual as práticas populares de consumo se estruturam consiste na proliferação dos mecanismos de crédito.

Há também que se levar em consideração uma série de fatores econômicos específicos situados em planos mais globais. Trata-se, primeiramente, da expansão do mercado de crédito, que partiu da estabilização da economia e do sistema financeiro brasileiros. A chegada do plano Real e o fim da inflação foram pano de fundo necessário para que este evento ocorresse. Além disso, a abertura comercial do país possibilitou o barateamento de vários bens, que por sua vez, foram consumidos em proporções inéditas devido ao incremento da renda dos trabalhadores⁵. Há que se considerar que todos estes eventos acabaram permitindo a estabilização do sistema financeiro no país e abriram as portas para que o mercado de crédito sofresse alterações.

A literatura mostra como os bancos tiveram que buscar outras estratégias para aumentar seus resultados e optaram pelo mercado de crédito, como eixo norteador da mudança (Zerrener, 2007). Foi assim que a partir de meados da década de 90, assistiu-se a um aumento da oferta de produtos financeiros aos mais pobres, como contas-poupança e contas simplificadas⁶. Tal movimento gerou novas formas de concessão de crédito, com juros mais baixos e estáveis, se comparados às épocas de inflação e com prazos de pagamento mais extensos. Foi assim que os empréstimos puderam se expandir.

As administradoras de cartão de crédito também ampliaram sua clientela, não só devido ao aumento de contas bancárias, mas também às estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. Tendo os estratos mais populares como seus potenciais clientes, as bandeiras Visa e Mastercard “premiam” essas “pessoas especiais e importantes” com convites para cadastro, que chegam por correio

⁵ Os resultados consecutivos das PNADs, a partir de 2004, demonstram como os níveis de vida da população foram favoravelmente afetados pelas políticas públicas relativas a aposentadorias, pelo aumento da cobertura dos programas de transferência de renda, como Bolsa-família e Fome Zero. Aliados à política de valorização do salário mínimo e ao aquecimento do mercado de trabalho (principalmente de empregos formais para atividades de baixa remuneração), estes fatores possibilitaram um ganho extra na renda mensal dos brasileiros.

⁶ Além da criação de contas em bancos, notam-se, no interior da rede bancária, quatro estratégias de gestão para o atendimento a estes segmentos da população: as organizações conhecidas como financeiras, as organizações especializadas em microcrédito, a oferta de crédito consignado (crédito com desconto em folha) e o crédito ao consumidor em parceria com lojas.

ou telefonemas, seguidos de aprovações de crédito facilitadíssimas, que passam por critérios duvidosos para a comprovação de renda.

Cabe chamar a atenção para um fato extremamente importante para a consolidação deste processo, que consistiu na associação das redes de varejo aos bancos, a partir da reestruturação do varejo. Nos últimos anos, ocorreram grandes fusões e incorporações, gerando uma monopolização do setor de varejo na mão de três grandes grupos (Carrefour, Wal Mart e Pão de Açúcar) que passaram a diversificar cada vez mais os tipos de serviços oferecidos às distintas parcelas da população.

Observou-se então, uma reorganização do setor, buscando considerar cada vez mais o segmento popular como o público prioritário de investimento. Assim, tais grupos passaram a deter não só os super e hipermercados, mas também as redes mais populares de mercados menores adquiridas ou criadas nos formatos de mercados de bairro, com outros nomes.

Com o aumento do risco associado às operações de crédito (que poderia comprometer os resultados financeiros das redes varejistas, devido às taxas de inadimplência), teve início uma série de acordos entre as lojas e os bancos, sendo as financeiras como mediadoras deste processo. Este esquema garantiu o fortalecimento das operações de concessão de crédito aos clientes, sem comprometer os lucros das redes varejistas. Para os bancos, este negócio também gerou vantagem, pois passaram a incluir uma parcela importante da população em seus bancos de dados, estando aptos a obter informações sobre clientes potenciais que, mesmo sem possuir contas abertas, podem ser avaliados como futuros clientes “bom-pagadores” ou não.

Tornou-se, assim, possível aos consumidores destas redes ter fácil acesso aos cartões de marca própria, ou seja, que têm utilidade apenas nas lojas que os criaram, oferecendo valores diferenciados nas compras para quem os têm⁷. Assim, há cartões de lojas e cartões híbridos, que podem ser utilizados não só em lojas, mas em qualquer estabelecimento (como o cartão Casas Bahia, por exemplo). Mais do que uma reestruturação do varejo baseada na melhoria das estratégias de acumulação, o que se vê é o quanto tal

⁷ Isto, de certa forma, não passa de uma estratégia das próprias lojas para conquistarem novos clientes e mantê-los conectados, além de obter dados que possam ajudá-las a traçar o perfil dos mesmos - vantagem enorme na hora de arquitetar novas campanhas de marketing - o que mostra como os cartões deixaram de ser um mero produto de crédito, tornando-se uma ferramenta de relação das empresas com seus consumidores.

projeto conecta-se diretamente à lógica da concessão de crédito, pois conta com a presença dos cartões, que são os artefatos pelos quais é possível visualizar essa aliança entre bancos, financeiras, redes varejistas e administradoras.

Espera-se, agora, poder demonstrar de que forma a proliferação dos cartões e a expansão exponencial da utilização do crédito como meio de pagamento requalificam o consumo popular, inserindo o que se pode chamar de financeirização nas dinâmicas cotidianas de quem convive com poucos recursos mensais.

O orçamento doméstico e a “viração” cotidiana: estratégias financeirizadas

“puxa de um lado, puxa de outro, tem que fazer alguma coisa, né? Aí, tamos levando”, Lúcia.

A organização da vida cotidiana dentre as camadas populares sempre passou pelas mais diversas estratégias de fazer o dinheiro render. É o que ocorre na família de Lúcia, 39 anos, baiana e mãe de filhas de 19, 18 e oito anos. Lúcia vive com elas e com um neto de três anos numa casa de quatro cômodos, trabalha como copeira e tem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1.000,00. Ela é a chefe da família.

É com o seu salário que sustenta a casa. Em meio às dificuldades financeiras, Lúcia sempre teve que se virar. Sendo assim, ela buscava continuamente ter uma rendinha extra que ajudasse no orçamento da casa⁸. No entanto, se os valores obtidos com estas atividades são extremamente significativos na composição da renda final da família, tais estratégias convivem, nos dias atuais, com novas práticas tidas como mais “financeirizadas”. Trata-se de poder contar com a possibilidade de parcelamento das compras no cartão em várias vezes sem juros e com o adiamento do pagamento da fatura para o próximo mês ou para os meses seguintes.

Uma das grandes vantagens proporcionada pela utilização dos cartões entre aqueles que não podem contar mais com o pouco

⁸ Uma época ia à Rua 25 de março comprar bijuterias para vender. Hoje, faz faxina quinzenalmente aos sábados, na casa do patrão - ganha R\$ 50,00 por dia - e ainda costura para fora. Não que tenha uma clientela ampla, mas às vezes alguma amiga pede uma ajuda para fazer uma barra, cortar um pedaço de roupa, e aí já são mais uns trocados. Além disso, ela vende trufas e pães de mel na empresa em que trabalha. Paga cada um a R\$ 1,00 e vende por R\$ 1,50.

orçamento líquido (ou que preferem deixá-lo separado para outras coisas), é a possibilidade da aquisição de bens através de um valor virtual, na forma de crédito, que pode ser quitado aos poucos quando o credor tem de pagar a(s) fatura(s). Se parcelamento no carnê em várias vezes e com juros já constituía um agente facilitador da aquisição de bens de consumo - pois o que parece importar é que o valor da parcela se encaixe no rendimento mensal - pode-se supor que agora, a partir da proliferação dos cartões entre esse segmento da população, o parcelamento tenda a atuar enquanto elemento dinamizador da aquisição de bens, cujo valor à vista não caberia no orçamento, levando-se em conta a renda líquida real.

A posse dos cartões das mais diferentes lojas e bandeiras constitui a regra que caracteriza o status não só da família de Lúcia, mas de muitas famílias entrevistadas. A maioria dos entrevistados possui em média cinco cartões. O que se percebe é que certo número de pessoas vem fazendo uso dos cartões não só porque querem ter acesso às vantagens do parcelamento, mas também para poder tirar proveito de um valor (fictício) que não se possui no momento, mas que se coloca disponível através do crédito concedido por estes objetos. Esta afirmação fica mais compreensível quando se passa para o plano das práticas sociais.

Práticas de consumo e gerenciamento da renda através dos cartões e do crédito

"Ah é melhor, se pudesse ir lá comprar em dinheiro, mas sempre, não dá, né? Tem outras coisas pra comprar, não dá pra você ir lá comprar tudo a dinheiro. Eu faço isso, vou lá, compro uma quantidade no cartão que dê, aí eu pago no outro mês, já faço outra compra"(Lúcia).

Sônia, 43 anos é cearense e vive com os três filhos (de 17, 15 e 7 anos) em uma casa de três cômodos recém-adquirida. Como Lúcia, ela é a única responsável pela casa e pelos gastos da família, uma vez que os pais de seus filhos não lhe pagam a pensão. Para dar conta das despesas, Sônia dá duro em dois empregos. Sônia ganha um pouco mais que um salário mínimo em cada um deles, o que totaliza, no final do mês, R\$ 950,00. Pergunta-se, então, como Sônia consegue gerenciar a sua renda, de modo que consiga "passar

bem” o mês até receber o próximo salário? Um de seus “truques” está em saber manejar o uso dos diversos cartões que possui.

A compreensão das despesas atuais de Sônia depende, por sua vez, do acompanhamento de sua trajetória de vida. A presença/ausência das mais diversas quantidades de dinheiro em determinado momentos, como este, é que acaba configurando certas situações, nas quais dívidas se fazem presentes, assim como as estratégias de viração em períodos de necessidade. Há pouco tempo, Sônia teve a chance de adquirir uma casa maior. Como não possuía todo o montante desejado para a compra da casa à vista, decidiu fazer um empréstimo no banco em que trabalhava. Com a venda da casa, Sônia adquiriu mais dinheiro. Com o que tinha na poupança, conseguiu inteirar o valor. No entanto, a casa precisava de alguns reparos. Como ainda tinha por volta de R\$ 1.000,00 guardado, ela resolveu comprar os materiais de construção e dividir o pagamento em quatro vezes no cartão e usar o dinheiro para despesas extras. De casa nova, Sônia não esperou quitar algumas dívidas. Decidiu comprar um fogão e uma coifa novos e um conjunto de sofá nas lojas Casas Bahia. Todos estes gastos já se igualam ao salário de Sônia. A grande questão que se faz é como ela consegue dar conta de comprar comida, pagar as parcelas do cartão e ainda pagar o empréstimo do banco? A resposta é bem simples: ela não consegue, de fato.

O que ocorre é que gasta mais do que ganha e, na hora de pagar as faturas dos cartões, não paga o valor integral, mas o mínimo ou um pouco mais do valor exigido para o que cartão seja “liberado” e ela possa continuar usando-o. Assim, paga juros extras, o que acaba aumentando muito o valor final de suas contas⁹. Um exemplo é como faz com as compras de supermercado: Sônia possui três cartões diferentes. Se um cartão está cheio de despesas, Sônia paga o pouco exigido e procura não comprar mais nada naquele cartão por alguns meses. Enquanto isso, vai usando os outros dois alternadamente, de modo que possa comprar até que o cartão anterior esteja livre de despesas¹⁰.

Da mesma forma, para Lúcia, há meses em que as coisas apertam mais e ela tem que se virar para dar conta de pagar os

⁹ Trata-se, da utilização do crédito rotativo que possibilita pagar apenas a parcela mínima exigida pela fatura e deixar o restante para o mês seguinte, acrescido de juros - os chamados “encargos contratuais”.

¹⁰ Aí se entende o porquê de guardar os inúmeros cartões recebidos - os adicionais enviados sem solicitação - para momentos de emergência. O que já é uma quantia que a ajuda bastante, considerando o que ganha e os gastos que possui.

gastos. É aí que entram os seus cartões. São eles que permitem a ela dar conta das despesas quando as coisas não vão bem. No meio de todos estes apertos, consegue sobreviver e tocar as dívidas pra frente.

Embora os gastos de Lúcia e Sônia não cheguem a ultrapassar a sua renda, suas vidas seriam mais difíceis se elas tivessem que possuir o dinheiro em mãos para todas as suas despesas mensais. Com os cartões conseguem prolongar os pagamentos para o mês seguinte. O que acontece, então, é que o salário que recebem a cada mês acaba servindo para pagar despesas do mês anterior. É mediante a este pagamento que conseguem “liberar” o cartão para fazer mais gastos.

O fenômeno da emergência dos cartões requalifica, assim, o consumo popular, inserindo o que se pode chamar de financeirização nas dinâmicas cotidianas. Ao possibilitarem aos seus possuidores dispor da existência de um valor fictício a mais todo mês, o limite de crédito destes cartões acaba se tornando incluso em parte do orçamento doméstico em si, o que significa que as famílias já calculam seus orçamentos contando com a presença desta renda a mais. Daí a enorme proliferação destes artefatos, pois constituem, para muitos, a forma mais rápida e segura de contar com um dinheiro extra em momentos de necessidade. Estes elementos, dentre outros, tornam os cartões objetos quase que indispensáveis. Sem ele, fecha-se uma série de possibilidades, pois a partir do momento que se conta apenas com a renda bruta mensal, qualquer possibilidade de ousar e gastar um pouco mais do que se tem, torna-se praticamente impossível.

A chegada da financeirização parece, assim, ter alterado em grande medida o gerenciamento do orçamento doméstico e as formas de lidar com a renda, pois permite às famílias multiplicar os recursos disponíveis, os bens adquiridos e as despesas com os mesmos. Se antes o gestão da renda era baseada no esquema poupança-crédito-consumo - onde a poupança era o elemento estruturador da relação - atualmente parece estar-se diante de um outro esquema - crédito-consumo-dívidas - sendo a poupança substituída pelo consumo imediato, baseado num excedente de crédito fornecido pelos cartões. É este ciclo de ‘pagamento de faturas - liberação do cartão - novas compras’ que caracteriza orçamento de muitos entrevistados.

Tudo indica, portanto, que os artefatos de crédito possibilitam novos jogos de relações entre rendimentos e consumo, abrindo possibilidades de contatos com o sistema financeiro e com

as “vantagens” por ele oferecidas. Por outro lado, a gestão da renda mensal e a organização do orçamento das famílias passaram a ser regidas a partir de uma lógica mais mercantilizada, baseada nas regras dos mercados e pautada pelos prazos estabelecidos pelas faturas dos cartões. Cabe agora, explorar um pouco o outro lado da moeda dos efeitos gerados quando não se consegue lidar com o crédito sem cair em dívidas.

Para além dos limites da financeirização: práticas de endividamento contínuo

“Isso é uma armadilha - todo mundo sabe disso daí. Se você não tiver um controle mesmo, ele acaba entrando numa bola de neve e depois pra sair, dá trabalho”. (Plínio)

É necessário salientar que nem todos conseguem lidar de forma harmônica com as experiências de concessão de crédito. Não é raro que muitos detentores de cartões não consigam utilizar os mecanismos aos quais têm acesso sem caírem em dívidas, uma vez que as informações sobre juros e suas taxas, em caso de atraso de pagamentos, são colocadas de forma propositadamente confusa.

Sabe-se que os lucros de bancos e financeiras advêm daí. Basta observar as altas taxas de juros presentes nos crediários, nos cartões de crédito, assim como nos diversos cartões fornecidos pelas financeiras, nas “vantagens” de saques em dinheiro, parcelamentos automáticos das compras em doze vezes, ou o adiamento do pagamento em até 70 dias etc. para perceber como estratégias e todo um sistema de pagamento são montados em cima da escassez de recursos das pessoas e suas (im) possibilidades de quitação das dívidas.

O caso de Plínio, 38 anos, ilustra bem este processo de endividamento. Ao ser questionado sobre o que teria provocado seu endividamento, Plínio assume a negligência em lidar com a enorme quantia de crédito que lhe era “oferecida” a troco de juros altíssimos. Além de usar e abusar dos cheques e cartões do Banco Sudameris, ele passou a usar o cartão não apenas como um meio de pagamento, mas também como uma forma de financiamento de dívidas, entrando num círculo de contração de empréstimos para o pagamento de outras dívidas, muitas das quais decorreram de outros empréstimos. Plínio apelou para uma financeira, após ter visto alguns de seus meios de pagamento negados ou devolvidos

pela falta de limite e conseguiu mais cheques especiais, os quais ninguém recusava - o que contribuiu para aumentar sua dívida.

Dentre os entrevistados, poucos foram aqueles que não estavam com uma dívida no momento ou não estiveram alguma vez com o "nome sujo". A frequência com que a falta de recursos impossibilita a quitação de dívidas já feitas é impressionante. Aqui entram motivos distintos: de um lado, os acasos da vida - as circunstâncias imprevisíveis do emprego e do desemprego, da saúde e da doença etc. De outro lado, o empréstimo do cartão ou do cheque - e conseqüentemente do "nome" - a um vizinho, parente ou amigo, que não cumpre o dever de pagar o "empréstimo virtual", constitui outro gerador de endividamentos. Muitos se veem endividados de uma hora para outra, devido à falta de recursos trazidos por estes eventos aleatórios.

Porém, ter o "nome sujo" já não é uma situação tão alarmante e tampouco uma mácula. Alguns devedores nem se intimidam com os juros exorbitantes que as dívidas atingem e tampouco se preocupam em pagá-las, uma vez que sabem que as redes varejistas e as outras lojas os querem enquanto clientes e que logo oferecerão um perdão ou uma renegociação da dívida em valores bem menores. É o que ocorreu com Plínio, ao deixar parte de suas dívidas "caducar".

A situação descrita permite pensar que a facilitadíssima "inclusão" das parcelas mais pobres ao mundo das finanças não ocorre sem conseqüências sociais específicas. É possível afirmar que se trata de uma lógica que incita ao crédito sem que se possua a certeza que será possível quitar a dívida, ou seja, uma lógica do endividamento.

Considerações finais e alguns questionamentos

Ao longo deste artigo, procurou-se explicar como o manejo dos cartões tornou-se crucial na gestão do orçamento doméstico. A partir deles novas formas de conduta foram constituídas, pois as possibilidades de parcelamento e os limites "generosos" acentuaram um processo de postergação de dívidas e de aquisição presente e pagamento futuro, de forma que os cálculos feitos para administrar a renda obtida parecem não ter em vista fechar o caixa sem despesas, mas sim usar essa reserva de crédito com cautela, através de uma administração dos limites dos créditos concedidos, para poder dar continuidade à postergação dos pagamentos. É na execução correta destes cálculos que muitos conseguem lidar com

parcos recursos, somando a estes existentes o “crédito” definido no limite dos cartões.

A aquisição de bens no mundo popular passou, igualmente, a ocorrer a partir de determinados parâmetros que não excluem as formas mais tradicionais, mas que se dão a partir de uma lógica baseada no “aqui” e no “agora”. Trata-se de outra temporalidade regida pelo presente imediato, em contraponto à lógica da previdência associada à poupança voltada ao futuro.

Assim, os rendimentos mensais - quando não gastos num tipo de práticas de consumo visando à subsistência - eram direcionados de maneira planejada para uma poupança, tendo em vista a aquisição de um bem no futuro. Hoje, porém, está-se diante da lógica de curto prazo própria do chamado capitalismo flexível e do “trabalho sem qualidades” (Sennet, 2003) - uma condição que justamente obsta a possibilidade de projetos de vida estruturados em torno do trabalho¹¹ - ao mesmo tempo em que a renda (não só presente, mas também futura) advinda do mesmo encontra-se totalmente comprometida com as obrigações assumidas no mercado.

Isso acaba por gerar a dissociação entre práticas de consumo (e possibilidades de acesso ao consumo), o trabalho e a poupança dele advinda. Em suma, a financeirização e seus artefatos possibilitaram a aquisição de bens sob uma lógica que dissocia o acesso ao consumo dos rendimentos efetivos do trabalho, gerando outro jogo de relações pautado pelo trinômio crédito-consumo-endividamento.

Por trás do “livre acesso” ao consumo, o que se observa, então, é toda uma lógica que engendra o endividamento. A história de Plínio é um exemplo de como se forja situações que permitem que se gaste mais do que se tem. Mais do que isto, é possível pensar que esta lógica que forja situações de endividamento na pobreza é a responsável por retroalimentar o funcionamento do sistema, possibilitando que a riqueza se acumule e que a pobreza seja mantida, ainda que sob um novo formato.

O papel que as dívidas têm ocupado na gestão das vidas evoca igualmente questões discutidas por Deleuze (1992), ao discorrer sobre a sociedade de controle. Na sociedade pós-

¹¹ É claro que a flexibilização do trabalho estudada por Sennett (2003) não corresponde exatamente às formas de trabalho exercidas pelos entrevistados desta pesquisa. Tudo aponta, porém, para a existência de conexões entre os modos de vida populares - pautados por práticas de viração e para a gestão do dia-a-dia - e a precarização do trabalho.

disciplinar, diz o autor, o “homem endividado” substitui o “homem confinado” (próprio das disciplinas discutidas por Foucault)¹². São outros jogos de poder, outras formas de controle - diferentes da modelagem própria das disciplinas - vão se ajustando a cada situação, agora indexadas ao próprio movimento dos indivíduos nas suas modulações, mas que parecem regidas por uma espécie de “moratória ilimitada”.

De uma dívida a outra, do nome “sujo” ao “limpo”, as vidas vão sendo regidas pelos pagamentos das dívidas futuras feitas no cartão, até que estas sejam quitadas e substituídas por outras. Este ciclo que caracteriza o orçamento de muitas famílias. O consumo não se interrompe, mas parece se alimentar cada vez mais das possibilidades de postergação de pagamento dos bens adquiridos. É isso o que parece estar em jogo no princípio do endividamento que rege as práticas de consumo acionadas, promovidas e expandidas no capitalismo contemporâneo.

Referências

CALDEIRA, T. P. R. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, R. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: Durham, E. e Cardoso, R. (Orgs.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DURHAM, E. “A família operária: consciência e ideologia”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 2, 1980, p. 201-213.

_____. “A sociedade vista da periferia”. In: Kowarick, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade - São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

¹² Segundo Deleuze (1992), “Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares”. Já os diferentes modos de controle “são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária)”. (idem: 220-223).

MACEDO, C. C. **A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário.** São Paulo: Hucitec, 1979.

SADER, E. e PAOLI, M. C. P. M. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro". In: Durham, E. e Cardoso, R. (Orgs.). **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, K. L. Uma financeirização da pobreza? O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. Trabalho de Graduação. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas". In: Durham, E. e Cardoso, R. (Orgs.). **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ZERRENNER, S. A. Estudo sobre as razões para o endividamento das pessoas de baixa renda. São Paulo, 2007. Dissertação. Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.